

## 1954 – A CIDADE ANIVERSARIANTE E A MEMÓRIA COLETIVA O IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO\*

*Silvio Luiz Lofego\*\**

Momento sempre lembrado quando se discutem as relações entre comemorações e história de São Paulo, os festejos do IV Centenário da cidade, em 1954, têm merecido pouca atenção dos historiadores. É verdade que, no interior da historiografia brasileira mais recente, já se tornam mais comuns trabalhos que se inserem em um evento comemorativo ou surgem como desdobramentos dos mesmos, como no caso dos estudos e debates que se articularam aos eventos dos centenários da Abolição e da República no final da década de 80. Grande parte desses estudos que têm como objetivo central discutir, resgatando ou reafirmando, o caráter comemorativo de tais marcos, raramente tomam o próprio evento como objeto de estudo. A comemoração não é destacada como espaço de estudo dos processos sociais de construção da memória, como no caso da pesquisa que desenvolvo sobre o IV Centenário da Cidade de São Paulo – cujo objetivo é investigar as relações entre imaginário comemorativo e constituição e mistificação de uma memória coletiva. O espaço das comemorações, geralmente, apresenta-se amplo, abarcando posições heterogêneas em seu interior, com disputas e conflitos nas instituições encarregadas de promover e propagar os festejos. Tais disputas acabam, no entanto, revelando o poder de canalização do evento, pois é também em seu terreno que se ergue o templo da memória.

---

\* Este artigo é parte do projeto de doutorado, desenvolvido no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Heloísa de Faria Cruz, com apoio da Fapesp.

\*\* Doutorando em História pela PUC-SP.

Neste sentido, a cidade de São Paulo tem-se constituído como espaço privilegiado para o desenvolvimento da reflexão sobre as relações história/memória e os caminhos de sua produção. A historiografia e a memória social sobre a cidade oferecem-nos um espaço agregador de disputas e de consolidação de imaginários sobre o ser paulista e o viver em São Paulo, sobre a identidade da cidade e do estado, que se articulam em representações sobre a identidade e o “caráter do povo paulista”.

Ao longo da primeira metade deste século, a construção de uma imagem de São Paulo que exaltava valores caros ao capitalismo, como a ideologia do trabalho, foi fundamental no processo de consolidação na sua posição econômica. No campo político, a importância dessa imagem se efetivava num processo que buscava representar, antes de tudo, um modelo de nacionalidade – questão que agitava os projetos políticos nas primeiras décadas que sucederam a proclamação da República. Estava em jogo a definição de qual região seria *capaz de impor seu tom ao conjunto nacional. Que características a capacitariam a exercer o papel de matriz da nacionalidade?*<sup>1</sup> A vitória de São Paulo para assumir o papel de modelo da brasilidade, prognosticada durante os anos 20, é questionada e desafiada pelas agitações políticas dos anos 30, que põem em evidência a vitalidade de outras regiões.

O apelo ao econômico, no entanto, parece ter se tornado uma bandeira capaz de sustentar a imagem de São Paulo como modelo. Neste sentido, a força econômica consistia numa referência constante à prosperidade de seu povo. E é justamente no processo no qual se forjam essas imagens é que residem os aspectos mais instigantes da questão, pois não se tratava apenas construir uma bandeira de efeito externo, antes era preciso construir uma auto-imagem, uma memória capaz de espelhar a construção hegemônica da capital do estado de São Paulo. No entanto, essa auto-imagem necessitava de um campo simbólico para fomentar a memória que se pretendia forjar. O IV Centenário da Cidade, a ser comemorado em 1954, apresenta-se como um espaço privilegiado desse processo. Assim, dentre os marcos de construção da memória, como narrativas, lugares e práticas sobre a identidade paulista, destaca-se o momento da comemoração do IV Centenário da cidade, revelando uma historicidade pouco problematizada pela pesquisa histórica.

---

1 Da Motta, Marly Silva. *A Nação Faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Ed. FGV. CPDOC. 1992. p. 79.

Ao adentrar os anos 50, a sociedade paulistana reelabora sua perspectiva norteadora e se prepara para a comemoração dos quatrocentos anos de sua existência, editada na forma de grande espetáculo. Os valores construídos no passado, agora, consolidam-se principalmente no campo da produção cultural. A locomotiva, o espírito bandeirante, o pioneirismo eram, então, parte de um alicerce a sustentar novas investidas que fossem portadoras de uma identificação que espelhasse o novo tempo que se iniciava. A sondagem das fontes indica que, ao chegar aos 400 anos, São Paulo vai sendo preparada para espelhar-se numa memória única, a da grandiosidade. Na imprensa, os aspectos que poderiam ser projetados, como problemas, inerentes a grandes aglomerados urbanos, transformam-se em orgulho, enobrecidos ao erguerem-se no pedestal da prática econômica. Dessa maneira, a imagem da locomotiva, símbolo da liderança paulista, encontra seu ícone da predestinação nas imagens forjadas do passado. Nos materiais visuais da comemoração, torna-se possível ver índios e bandeirantes, lado a lado, caminhando sobre os trilhos da estrada de ferro<sup>2</sup>. O evento é construído para ser a divisão entre dois pólos, de um lado o passado que o torna legítimo, de outro o futuro que se insinua e, portanto, também, o legítima

Na trajetória da pesquisa alguns trabalhos inauguram ou apontam discussões importantes para estarmos refletindo sobre a historicidade da produção paulista em 1954, focalizando a construção de símbolos e o uso de imagens para identidade paulista e brasileira. Em *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho permeia sua investigação sobre as imagens produzidas pela República a partir do pressuposto de que “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudanças política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”. Fazendo referência a Mirabeau, o autor aponta a necessidade de, na construção das relações sociais que definem e asseguram a consolidação do poder político, os governos apoderarem-se “da imaginação do povo”<sup>3</sup>. Ainda, entre os trabalhos que percorrem essas preocupações, o de Kátia Abud destaca-se, ao investigar os momentos em que a construção da imagem do bandeirante reveste-se de uma funcionalidade específica, como foi a revolução de 32, pois “transpôs o conhecimento histórico sobre as bandeiras e o significado que a

---

2 *Diário de S. Paulo*. Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo. SP. 25/1/1954. p. 9

3 Carvalho, J. Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 11.

pesquisa histórica tinha-lhes dado”. Tal qual observamos preliminarmente, em relação a 1954, “fez-se uso de uma imagem, mas não foi um período de grande produção histórica sobre o Bandeirismo – foi sim uma fase em que a produção histórica forneceu uma imagem que cabia representar determinados interesses”.<sup>4</sup>

Esse primeiro contato com esse momento da história permite-nos observar que, às vésperas de 1954, era possível à sociedade crer estar vivendo um novo ciclo de sua história. O fim da II Guerra e a intensificação da atividade industrial se apresentavam como fonte de inspiração para escrever a história dos quatrocentos anos da cidade de São Paulo. No crepúsculo do governo de Vargas, obras, exposições e uma grande quantidade de matérias jornalísticas traziam o espírito comemorativo, remontando uma trajetória que tentava resgatar a integridade de sua memória, encarnadas no sentimento de nacionalidade.

Mona Ozouf, ao analisar as festividades celebradoras da Revolução Francesa, observa que os diferentes enfoques comemorativos da Revolução, em essência, criam uma identidade, embora sejam aparentemente diferentes<sup>5</sup>. Neste caso, os festejos do IV centenário relacionam-se com um fundo que lhes dão uniformidade e revelam a vontade de acentuar o homogêneo dentro da variedade festiva. Ainda que os traços mais fortes estejam voltados a uma visão da cultura paulista, embarcada nos trilhos da locomotiva, e as especificidades que brotam do novo tempo abrigavam justificativas que remontam às raízes, reafirmadoras da vocação para inovação da capital bandeirante. Kátia Abud<sup>6</sup>, já indica a importância da construção e manipulação do uso do signo do bandeirante na elaboração de um discurso hegemônico, por parte da elite paulista.

Cada vez mais o conceito de memória é convidado a servir de suporte nas discussões que envolvem as atitudes e os movimentos das sociedades. Isso ocorre tanto no processo de transformação de seus valores, quanto em suas manifestações ao longo do tempo. Neste caso, a memória é um dado agregador do debate que visa a compreensão

---

4 Abud, Katia M. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante*. São Paulo, USP, 1985. Tese de doutorado.

5 Segundo Ozouf, A festa do Ser Supremo é ao mesmo tempo a encarnação do misticismo de Robespierre e o sinal de sua queda. A festa de 9 Termidor do ano IV é a expressão do equilíbrio pós-termidoriano. Apesar das intenções antagonistas dos organizadores acabam revelando um mesmo cerimonial, em que a Revolução é referenciada. *História: Novos Objetos*, p. 220.

6 Op. cit.

do social, mas suscita, por outro lado, a questão da individualidade, quase um paradoxo no caminho que procura delinear os processos coletivos.

Neste sentido, a história tem recorrido às ciências sociais, principalmente a Maurice Halbwachs, cuja obra, *Memória Coletiva*<sup>7</sup>, tornou-se referência para sustentar estudos que pretendem decifrar os movimentos que impulsionam as atividades políticas e econômicas dos grupos sociais. Com o advento da história oral, as discussões sobre as relações entre história e memória ganharam campo. No entanto, coube a Pierre Nora um esforço para distinguir o campo da memória e o da história. Distinção esta que se tornou clássica ao classificar a memória como pertencente a grupos vivos e, por essa razão, ela está em evolução permanente aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, e a história como a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais<sup>8</sup>. Ao sentenciar que só se fala tanto em memória porque ela não existe mais, Nora está se referenciando ao seu objeto de estudo, no caso, a Revolução Francesa. Sua preocupação está na demolição da memória camponesa do Antigo Regime, cujos traços foram redefinidos radicalmente para que o risco de uma ressurreição fosse abolido e, desta forma, a ressurreição implicava com efeito uma hierarquia da lembrança capaz de administrar as sombras e a luz para ordenar a perspectiva do passado sob o olhar de um presente finalizado. Assim sendo, a Revolução marcou o início de um passado inventado e organizado em lugares próprios, através de museus, arquivos, monumentos e outros símbolos, os quais, segundo Nora, constituem-se nos lugares de memória.

A problemática em que se inscreve a memória, segundo Nora, é a da ruptura radical com o passado. Nesse processo desencadeado pela Revolução, a sociedade francesa se reorganiza no jogo do poder, em que a memória coletiva, segundo outro estudioso do tema, Jacques Le Goff<sup>9</sup>, foi posta (...) na luta das forças sociais pelo poder. Neste caso, o controle da memória é uma estratégia política vital das classes dominantes. Dessa forma, Le Goff realinha que tornarem-se senhores da memória e do esquecimento

---

7 Halbwachs, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

8 Nora, P. "Les lieux de mémoire". In: *La République*. Paris, Gallimard, 1984.

9 Segundo Le Goff, "o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria. O autor lembra, ainda, que certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar, de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social".

é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>10</sup>

Se, por um lado, vivemos o fim das coletividades de memória, principalmente a partir da supremacia do mundo urbano-industrial sobre o rural, conforme destaca Nora, por outro, emerge a nação-memória, forjada na criação dos lugares, nos quais podemos encontrar três distinções: material, simbólico e funcional. Dessa forma, segundo o autor, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar os arquivos, de que é preciso respeitar aniversários, organizar celebrações, pronunciar louvores fúnebres, registrar atos, porque essas operações não são naturais. Neste sentido, Nora é categórico ao afirmar que sem vigilância comemorativa, a história os varreria rápido<sup>11</sup>. As dimensões operacionais dos lugares da memória só existem quando a imaginação cria sobre eles uma aura simbólica.

De tal forma, ao voltarmos para a São Paulo de 1954, o que chama a atenção, nessa etapa da pesquisa, são os efeitos performáticos do passado nas cerimônias do IV Centenário, que ganham grande diversidade de forma – museus, feiras, teatros, musicais, encontros, congressos, hinos, inaugurações em série, etc. –, bem como o esforço em criar instrumentos eficientes para produzir a memória de uma vitória de São Paulo – através de concursos escolares, propaganda em jornais, rádio e cinema – sobre seus rivais regionais, como modelo nacional. Uma memória cujos ritos diversificavam e tornavam o passado em grande monumento a referenciar um presente imponente. Nessa direção, parece-nos bastante interessante a posição de Paul Connerton, ao considerar ponto pacífico “que o controle da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder”<sup>12</sup>, assim o autor abre frente para outras dimensões no campo da memória. Sua preocupação centra-se em pensar como o passado é encontrado pelo presente, como os sujeitos se reconhecem no presente, cujas identidades dependem de um estado anterior, quando constatamos que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente. Nesse caso, quando o passado é encenado num ato, tal como uma atividade cultural, as lembranças que este ato evoca assumem o caráter

---

10 Le Goff, J. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994, p. 426.

11 Nora, Pierre, op. cit.

12 Connerton, P. “Cerimônias Comemorativas”. In: *Como as sociedades recordam*. Oleiras, Celta Editora, 1993.

de uma tradição cultural e neste, afirma Connerton, alimentam a memória social, inse-  
rindo-se nas cerimônias comemorativas.

Tais cerimônias, segundo esse autor, dão-se através de performances rituais que,  
em geral, revelam sua estrutura social. Nesse caso, os rituais, ao serem colocados como  
representação de uma dada sociedade, revelam a inércia da mesma, e nas cerimônias  
demonstram o controle sobre os corpos que dela participam.

Neste sentido, a articulação da análise de Connerton com as cerimônias do ani-  
versário de São Paulo é estratégica para nosso campo de investigação, pois tal evento  
não representa um corte radical em sua memória, como se direcionam os estudos sobre  
a memória da nação francesa nos anos da Revolução. Não se apresenta como uma  
negação explícita ao passado, mas como memória que pretende recuperá-lo, e ao fazê-lo  
demarca a fronteira do novo, reservando ao passado “glorioso” os lugares para se eter-  
nizarem.

Pensar sobre os sentidos dos festejos centenários é também nos defrontarmos, em  
nossa atualidade, com as comemorações do V Centenário do Descobrimento Brasil,  
previstas para o ano 2000. Conforme podemos observar, no primeiro número da Revista  
*Rumos*,<sup>13</sup> *conflitos da identidade nacional*, a pluralidade de elementos constitutivos da  
cultura revela-se incapaz de construir um discurso de fundo, que hegemonize ou sin-  
gularize os significados comemorativos. Estes traduzem-se, nesse momento, mais num  
esforço dos veículos que vêem, no evento, uma ampliação do mercado para determi-  
nados produtos, como novelas, filmes, livros e tudo que o mundo publicitário for capaz  
de vender através da marca do “Brasil 500 anos”. Além, é claro, da possibilidade da  
incrementação do turismo nas áreas que se definem como “lugares de memória” do  
descobrimento. Ao passo que, em 54, o Estado e as empresas apresentavam uma ne-  
cessidade maior de articulação entre si, pois aquele era ao mesmo tempo estruturador  
e organizador do evento, cabendo à burguesia infiltrar-se de alguma forma na Comissão  
organizadora. Neste sentido, a comissão do IV Centenário tem um papel gigantesco na  
preparação do espírito comemorativo.

O evento, ao que parece, torna-se a vitrine mais importante da expansão do mercado  
paulista. Neste sentido, agrega-se, em torno da comissão, uma infinidade de grupos

---

13 Publicação da Comissão Nacional Para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.  
Ano 1, n. 1, dez. 98/jan. 99.

tentando aproveitar a oportunidade de novos negócios. Uma enormidade de propostas de todo tipo de empresa é enviada à Comissão, com intuito de dar sua “contribuição” para as celebrações. É nesse contexto de disputa que emerge o papel da Comissão e no qual se delineia o campo de poder, e os membros da Comissão o administram dentro de um objetivo estrategicamente definido. Comemorar era, antes de tudo, construir uma memória para São Paulo.

Os projetos culturais em 54 ainda dependiam quase exclusivamente do aval e do aparato institucional. O jornal impresso era o grande responsável por apresentar a verticalização da cidade e o constante avançar de sua fronteira urbana. A propaganda das comemorações com fotografias da cidade em jornais, só no estado de São Paulo, atingia 85 cidades, além de 25 em outros estados. De tal forma, o clima de euforia era preparado para atingir tanto a camada ligada às atividades lucrativas, como venda de imóveis, indústria e comércio, quanto a população que se entusiasmava com as dimensões comemorativas. O espaço urbano começa a firmar-se como um promissor mercado para seus exploradores. Neste sentido, a cidade dos 400 anos, com sua memória subjacente ao espaço da comemoração, delineia os interesses que se aglutinam à propaganda de “cidade que mais cresce no mundo”.

No caso de São Paulo – o *resgate do passado*, em especial do século XVI, “o século da origem da cidade” –, já estavam eleitos os elementos para se contar quem é a gente paulista, tal qual definia a Portaria 8, artigo 5º, letra b, da prefeitura de São Paulo, de 6 de abril de 1949, assinada pelo prefeito Asdrúbal Euritysse da Cunha, cujo texto apresenta quais seriam as atribuições da Comissão para os festejos do IV Centenário,

promover os estudos históricos relativos a fundação de São Paulo, estimulando as pesquisas nas fontes originais, sugerindo a edição de monografias, memoriais e trabalhos tendo por base o século XVI, bem como a reedição de obras históricas em geral, referentes à evolução política, econômica e cultural de São Paulo até os nossos dias.

Nota-se que seriam contempladas com uma reedição aquelas obras que apresentavam a ascendência paulista ao longo dos anos. As abordagens são previamente definidas e darão sustentação ao discurso apologetico da história paulista. Tal história apresentar-se-ia ao público, conforme a letra c do mesmo artigo, por meio de

um plano de intensa propaganda das comemorações, propondo, para tal fim, concursos de cartazes, fotografias, trabalhos escolares, revistas, folhetos, editoriais e toda colaboração

que, para atingir aquele objetivo, possam oferecer os grandes meios de divulgação, principalmente a imprensa, o rádio e o cinema.

Finalmente, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, que esteve à frente das comemorações de 1954, surge através de um convênio entre o estado e a prefeitura, criado pela lei municipal nº 4.166, de 29 de dezembro de 1951, sob controle da Prefeitura Municipal de São Paulo, composta por sete membros, sendo três deles indicados pelo governador do estado. Os membros dessa primeira Comissão eram: Francisco Matarazzo Sobrinho, presidente; Joaquim Canuto Mendes; Carlos Alberto de Carvalho Pinto; João Pacheco Fernandes; José de Melo Moraes; Mario Beni e Oscar Pedrosa Horta. A Comissão era uma entidade autárquica.

Ao longo de sua existência, a Comissão produziu um rico material, no qual é possível perceber as articulações entre o poder e os interesses da sociedade que se defrontaram nos bastidores das festas.

A São Paulo de 1954 recorre constantemente a uma história que lhe conferia comprovação de sua mensagem. A bravura de sua gente mais remota e a sua extraordinária capacidade de alcançar o progresso fundamentam o discurso de uma classe que procurava ser modelo irradiador para o país, tornando inquestionável sua posição hegemônica, muito embora o alicerce dependesse de uma ordem interna que possibilitasse tal imagem.

Por esta razão, na tentativa de resgate dos caminhos da comissão e dos eventos comemorativos, torna-se importante saber quando e como emergiram os primeiros esboços para a organização das festas. Isso, obviamente, implica estar refletindo sobre a política cultural da época e sua contribuição na construção da história sobre São Paulo, bem como sua relação com os movimentos encarregados de representá-la.

Em 30 de maio de 1951 nascia um organograma mais complexo, editado no decreto-lei nº 4052, compondo, além da Comissão Municipal, a proposta de formação de mais quinze grupos que se ocupariam, respectivamente, das finanças, propaganda e divulgação, história, comemorações religiosas, esporte, cultura, turismo, recepção e hospedagem, comemorações científicas, comemorações artísticas, indústria e comércio, recreativa, legislação, obras e urbanismo e transportes. Assim definia-se, relativamente, os caminhos para a organização dos festejos.

Os estudos, realizados junto ao material disponível no Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo, são definidos no sentido de acompanhar a mesma estrutura de funcionamento da comissão, ou seja, a partir da organização dos processos no Arquivo Muni-

cial, que se encontram divididos nos seguintes grupos: 1. Gabinete; Tesouraria e Contabilidade; 2. Secretaria; 3. Serviço de Relações Públicas, Imprensa, Propaganda e Turismo; 4. Serviço de Congressos em Geral; 5. Serviço de Comemorações Culturais; 6. Serviço de Comemorações Populares; 7. Serviço de Engenharia; 8. Serviço de Exposições Industriais e Comerciais; 9. Serviço de Exposições Agropecuárias. Estes, ainda, subdividem-se em séries e subgrupos<sup>14</sup>.

Ao acompanhar a organização sistemática dos materiais produzidos pela Comissão do IV Centenário, temos um conjunto vasto e diversificado de fontes, demandando escolhas e definições de prioridades. No Arquivo, encontram-se encaixotados, nesse conjunto, processos, planos, atas e projetos de toda natureza que, de alguma forma, apontam para propostas sobre os festejos<sup>15</sup>.

O conjunto da documentação produzida para a realização de projetos e eventos especiais compõe um universo extremamente rico e original, possibilitando estudos e pesquisas em diversas direções. Em meio à riqueza proposta pela documentação e às possibilidades de aprofundamento da problemática da pesquisa, que põem em causa as relações entre história e memória social e aquela comemoração, destacaram-se as dimensões relativas à propaganda e à divulgação. Como memória, cada atividade que compõe o universo das comemorações merece estar articulada à análise deste estudo, uma vez que todas, em seu conjunto, realfirmavam a imagem em construção da metrópole paulista. No entanto, ao se inserirem em um plano mais abrangente de reconstrução de imagem da metrópole, que propunha a sistematização de uma memória através de estudos e discussões sobre a mesma, os atos que buscavam dar publicidade às mais diversas atividades da comissão são privilegiados nesta análise, pois extrapolavam o mundo restrito dos especialistas que delas participavam, alcançando o imaginário sobre a cidade. Neste caso, não serão as especificidades de cada encontro (médicos, escritores, engenheiros, veterinários, etc.) que deveriam atingir o grande público, pois elas só interessam aos especialistas de cada área, mas o efeito representativo que a presença de nomes consagrados, em suas áreas, é capaz de produzir. O que só seria possível, evidentemente, com as campanhas de divulgação. Por esta razão, torna-se imperativo, em

---

14 Fundo Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo.

15 Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo. De acordo com informação dada pelo Arquivo são, ao todo, 7.363 processos; 518 volumes (sendo a maior parte de livros de contabilidade) e 3 atas.

meu entender, pôr em destaque o papel da propaganda como instrumento que dará visibilidade aos trabalhos da Comissão.

Neste sentido, observa-se o trabalho cuidadoso com a imagem a ser divulgada nos meios de comunicação, principalmente jornais e rádios, que mereceriam uma atenção especial, pois eram os instrumentos dos quais a Comissão, em conjunto com outros grupos representativos do poder, dispunha para articular seus interesses junto ao público. A construção da memória paulista, nos moldes empreendidos pela Comissão, tem no trabalho de divulgação um de seus principais alicerces. Essa preocupação, conforme podemos notar, estendia-se tanto ao cuidado com a imagem interna, quanto com a para o exterior.

De tal forma, para compreender o esforço para a construção de uma memória coletiva, é interessante observar como a Comissão procurava divulgar todos os acontecimentos que representavam os festejos. O grupo Serviço de Relações Públicas, Imprensa, Propaganda e Turismo, apresenta-se, nesse caso, como um órgão, dentro da Comissão, de grande potencialidade. Nele encontram-se, entre outros materiais, a série do Plano de Propaganda (filmagens, exposições, organização, instalação, condições de funcionamento e programação da Rádio 9 de Julho) e a Organização de Concursos (cartazes e vitrines).

A organização da publicidade do evento, sem sombra de dúvida, constitui-se num importante capítulo das atividades da comissão; cabia ao grupo Serviço de Relações Públicas, Imprensa, Propaganda e Turismo a cristalização da memória paulistana ao apresentar os trabalhos da Comissão. É neste sentido, acredito, que a imagem assume um papel fundamental. A fotografia como testemunha é um recurso amplamente utilizado para divulgação das obras empreendidas pela Comissão, dentre elas as estruturas para a realização das feiras no Ibirapuera. Aliás, o Ibirapuera constitui-se num espaço de essencial importância dentro da programação do IV Centenário. O Parque foi o local encarregado de abrigar o centro da memória paulista durante os festejos.

Evidentemente, também, há muitos outros lugares da memória do IV Centenário, como o Museu Paulista que, além de guardar o material utilizado na exposição organizada por Jaime Cortesão, conta, em sua biblioteca, com um importante acervo de obras das comemorações, entre as quais seu catálogo oficial, editado em sete idiomas, no qual estão expostos alguns dos propósitos a que se prestaram as comemorações<sup>16</sup>.

---

16 Catálogo oficial: Exposição inaugurada a 21 de agosto, 1954. "Os 640 estandes que se apresentam no

As publicações na imprensa, também, constituem-se num espaço rico de memória que pode ser acompanhada à luz da leitura dos processos da Comissão. Ainda são preliminares as análises sobre as publicações referentes ao IV Centenário. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, nos momentos que antecedem os festejos, a pesquisa tem procurado acompanhar tanto os noticiários publicados sob a responsabilidade do próprio jornal, quanto a publicidade que veicula mensagens sobre o IV Centenário. Aliás, tais propagandas já começam a dar o tom do que se projetava para a cidade no ano de 1954.

Em relação às notícias, as mais freqüentes, no princípio, partiam da Igreja católica, pois se juntava às comemorações a inauguração da nova Catedral da Sé. Mas uma série de notícias preparativas para o evento também não deixaram de estar presentes nas páginas do jornal nos momentos que o antecederam. Os concursos promovidos pela Comissão, tais como a Maratona Intelectual Sobre a História de São Paulo e O Concurso de Vitrines, estavam ao lado de artigos que endossavam a participação ativa do jornal<sup>17</sup>, como o de 13 de dezembro de 1953:

#### *O Estado e o IV Centenário*

Ao contrário do que se verificou em 1854, quando passou praticamente despercebida a data que assinalava o terceiro centenário da fundação de São Paulo, a Quarta centúria do nascimento desta cidade, que hoje se ergue em sua magnificência, como um dos orgulhos da nacionalidade, será comemorada durante todo o ano de 1954 com uma sucessão de cerimônias e festejos que bem atestarão o interesse despertado pela grande data não só nos círculos da sociedade paulistana, mas em todo país e mesmo no estrangeiro (...) <sup>18</sup>.

---

Palácio dos Estados e nos Pavilhões da Indústria paulista são reflexo dessa potencialidade sobre maneira animadora, ainda mesmo para os poucos que se mostram de um pessimismo impatriótico em relação ao futuro industrial de nossa terra. É possível prever-se para breves anos a quase completa auto-suficiência do nosso parque industrial, com a conseqüente repercussão no campo do comércio exterior, isto porque a uma economia de divisas corresponderá uma produção efetiva, também de divisas, na conquista de mercados consumidores internacionais, muito especialmente do latino-americano."

17 Talvez o fato do diretor do jornal, Plínio Barreto, ser membro da Comissão tenha contribuído para sua efetiva participação nas comemorações, como a publicações de diversos trabalhos enfocando São Paulo ao longo dos quatrocentos anos.

18 Cedap (Centro de Documentação de Amparo à Pesquisa), Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Assis - SP.

Este pequeno trecho do “Estadão”, além de dar conta de que se pretendia efetivar São Paulo como ícone da nacionalidade, procurava, também, destacar a amplitude do raio de ação dessas comemorações, uma vez que a “grande data” despertaria interesses além das fronteiras nacionais. Documentos do Arquivo Municipal, no setor de serviços e comemorações culturais, mostram o esforço da Comissão em confirmar essa perspectiva. Documento de 3 de julho de 1952, assinado pelo diretor desse serviço, Roberto de Paiva Meira, informa que, “como parte de seu programa, o Serviço de Comemorações Culturais, além do concurso internacional de música, *decidiu encomendar aos poucos compositores brasileiros de renome*, algumas peças especiais para o IV Centenário”. Foram contratados Francisco Mignone, Camargo Guarnieri, Souza Lima e Villa-Lobos. Mesmo sendo contratado, Villa-Lobos enviou, em 15 de março de 1953, de Viena, o seguinte protesto:

muito tenho estranhado o indiferentismo da Comissão do IV Centenário de São Paulo pelos assuntos tratados como brasileiros, o que não acontece com o estrangeiro, seja francês, americano ou de outra nacionalidade, o qual merece a primazia de nossos patrícios, em detrimento mesmo de um velho artista brasileiro (...).<sup>19</sup>

Os protestos parecem relevar uma dupla face desse evento, a primeira reafirma sua projeção, ao tornar-se campo de disputa pelo interesse em integrá-lo, outra face é que essas disputas oferecem um contradiscurso à própria Comissão, quando esta procura ressaltar tanto os valores da terra paulistana, porém os relega a segundo plano, uma vez que, no entender da Comissão, temos poucos brasileiros de renome. Entre as sugestões e propostas enviadas ao diretor do serviço de comemorações culturais, Roberto de Paiva Meira, a proposta da Comissão de Festejos para Ereção do Monumento à Mãe Preta, como o próprio nome diz, pretendia inaugurar um busto no Largo do Paissandu em homenagem à mãe preta, símbolo da cultura negra em São Paulo. A proposta, rejeitada por diversas ocasiões, somente foi aceita quando a Comissão em defesa do monumento entregou à comissão do IV Centenário um abaixo-assinado, revelando que a Comissão estava contra uma vontade popular. Diante de tal apelo, além de integrar tal homenagem às comemorações do quarto centenário, aproveitando-se da popularidade do evento, diversas autoridades estiveram presentes, inclusive o governador do estado.

---

19 Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo. Processo 1674-53. Serviço de Comemorações Culturais. Correspondência de Heitor Villa Lobos, de 15 de março de 1953.

A festa para a cidade era uma festa também para o mundo. As celebrações, nesse momento, tinham uma função muito especial: apresentar São Paulo não apenas como uma cidade que comemorava quatrocentos anos de existência, mas como uma das metrópoles mais modernas do planeta. Para tanto, parecia necessário o controle sobre a produção cultural. A Comissão foi, em certo ponto, mecenas dessa produção, justamente por isso torna-se filtro da mesma.

O universo cultural que envolveu São Paulo nesse momento de sua história suscita muitas indagações. Todo trabalho em relação à imagem de São Paulo parecia ser o de retratar os valores da gente paulista – que pairam em figuras como o bandeirante e o índio – mas, ao mesmo tempo, afora concursos com temáticas já definidas, não se observa nenhum projeto de valorização do artista local. O papel de mecenas da Comissão parece não valer à gente que ela diz exaltar: os episódios de Mário Zan, do Monumento à Mãe Preta e o protesto de Villa Lobos talvez sejam uma amostra disto.

A São Paulo de 1954 estava sendo criada a partir de um modelo de metrópole já concebido? Se estava, é suspeita toda reconstrução histórica que se fez. A vasta produção, em que o financiamento da Comissão foi fundamental, glorifica o paulista. Mas quem é esse paulista? É o do reconhecimento internacional? O integrante da burguesia? O trabalho da Comissão, até onde foi possível acompanhar, parece apontar para um esforço em separar a São Paulo moderna, cidade modelo para o Brasil, da São Paulo “atrasada”. Neste sentido, tudo que se liga a esse atraso só interessa como representação do passado ou testemunha da capacidade da cidade em se inserir nos “tempos modernos”.